

## **Crise socioambiental: compreensão e combate através de uma visão que conecte as esferas individual e coletiva**

### **Social and environmental crisis: comprehension and battle through a vision that connects the individual and the public spheres**

Brenda Martins Ouverney dos Santos <sup>1</sup>

#### **Resumo**

É inegável que a sociedade moderna vivencia uma crise socioambiental. O presente artigo visa explorar questões acerca de tal crise - como surgiu, como funciona, quais os seus efeitos e como combatê-la. Isso será feito através de uma visão que combina disciplinas diversas, principalmente as Relações Internacionais, conectando conscientização e práticas individuais a políticas públicas e medidas coletivas em prol dos direitos humanos e de um mundo sustentável.

#### **Palavras-chave**

Crise socioambiental; meio ambiente; consumismo; sociedade civil; Relações Internacionais.

#### **Abstract**

It's undeniable that the modern society experience a social and environmental crisis. This article aims to explore some questions around the crisis: how it emerged, how it works, which are its effects and how to fight it. This will be done through a vision that connects several disciplines, mainly International Relations, connecting individual awareness and practices to public policies and collective measures in favor of human rights and a sustainable world.

#### **Key words**

Social and environmental crisis; environment; consumerism; civil society; International Relations.

---

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/7768843148510545>

## 1. A crise socioambiental

A crise ambiental, como apontam Cenci e Burmann (2013, pp. 149 e 150), está intimamente ligada a uma crise humana: a injustiça social é elemento crucial para tratar de temas ambientais e de sustentabilidade. Um dos fatores centrais para compreender tal fenômeno é a cultura do consumo na qual estamos inseridos. Os efeitos da cultura consumista é sentido tanto socialmente quanto ambientalmente, criando uma fusão entre as esferas e levando à chamada crise socioambiental. É essencial, portanto, explorar como essa cultura funciona: seus mecanismos, seus antecedentes e seus efeitos.

É a emergência do sujeito consumidor, que terá seu reconhecimento de cidadão respeitado quanto maior for sua capacidade de consumo. Neste sentido a corrida que se acelera a cada dia produziu não uma sociedade capaz de saciar suas necessidades, mas sim de consumo desenfreado e desnecessário de bens, em níveis comprometedores para a capacidade de resiliência dos sistemas planetários. (CENCI; BURMANN, 2013, pp. 133 e 134)

A partir disso, Cenci e Burmann (2013, p. 135) argumentam que a modernidade possui uma racionalidade instrumental. Em nome da ciência, foi rejeitada toda a herança judaica-cristã e até mesmo as teorias que provocaram o surgimento das Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão. O saber científico e a razão passaram a ser valorizados. Acredita-se que as necessidades humanas só podem ser alcançadas através de conquistas tecnológicas e científicas. A chamada ética materialista do ter, consequência desse processo, “apresenta sinais de exaustão à medida que as consequências desta mesma modernidade vislumbram um horizonte ambiental de crise, de insustentabilidade e colapso dos ecossistemas.” (CENCI; BURMANN, 2013, p. 135).

Portanto, os valores humanos se modificaram ao longo da história: se antes havia a valorização e o respeito à natureza, hoje existe uma crescente valorização da individualidade e da busca pela satisfação pessoal. O ser humano avança gradativamente sobre a natureza, extraindo seus bens em prol do crescimento econômico. Segundo Cenci e Burmann (2013, p. 136), além da natureza, o ser humano também avançou em direção à dominação e exploração de diferentes culturas e de diferentes saberes históricos.

É inerente à natureza humana buscar transformar o meio que a cerca de modo a construir alicerces que garantam não só sua sobrevivência, mas o acesso a estruturas que lhe proporcionem qualidade de vida. Para concretizar essas metas o ser humano

passa a fazer uso de ações que causam impactos tanto para o ambiente natural quanto para as relações sociais que estabelece a cada momento. Esses impactos ganham proporções maiores à medida que a população aumenta, apropria-se das tecnologias e se organiza dentro de políticas econômicas voltadas para a produção e acúmulo de bens [...]. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 139)

Cenci e Burmann (2013, p. 140) apontam, então, que a crescente demanda por esses bens cria um consumismo desenfreado, que nos leva à ilusão de que a felicidade e a satisfação pessoal só podem ser alcançadas através da riqueza material. “A felicidade reside em consumir cada dia mais e mais, e a cidadania igualmente passa a ser medida pela capacidade de consumo do indivíduo.” (CENCI; BURMANN, 2013, p. 140)

Oportuno retomar o conceito de resiliência ecológica, segundo o qual sustentabilidade exige respeito à capacidade de um ecossistema de recuperar seu estado inicial depois que ações humanas o alteraram. Todas as estatísticas mundiais sobre condições dos bens naturais, como água, solo, florestas, e todo um conjunto de produtos extraídos do ambiente, e fundamentais à vida humana e do planeta, encontram-se em abalo de estoques pelo uso desenfreado, causando impacto direto na qualidade de vida, pela redução de quantidades, num crescimento inversamente proporcional ao aumento populacional. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 146)

A incessante busca pela satisfação e pela felicidade através do consumo resulta em uma devastação irreparável dos ecossistemas do nosso planeta. Segundo os autores, o acúmulo de lixo e a questão energética são alguns dos maiores problemas que nossa sociedade precisa enfrentar. Há, ainda, uma crise de acesso à alimentação e a desigualdade na distribuição de renda, o que causa exclusão social e fere diretamente os Direitos Humanos. Dessa forma, segundo Cenci e Burmann (2013, p. 141), a relação do ser humano com a natureza precisa ser repensada. Essa é a única forma pela qual o meio ambiente pode se recuperar – não completamente – dos impactos e da devastação causadas pela sociedade consumista e antiecológica.

É urgente a renovação da sociedade de consumo por outra que introduza critérios de vida coletiva, em substituição à corrente individualista dominante. A natureza carece de ações humanas que não a esgotem, que a valorizem e respeitem suas formas de regeneração. Repensar o comportamento a partir da ética afeta o comportamento individual de homens e mulheres que pretendem construir a história como atores sociais e sujeitos da sociedade ou dos grupos à qual pertencem. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 143)

## 2. As Relações Internacionais e as mudanças climáticas

O Sistema Internacional é formado por Estados que possuem autonomia e legitimidade. Compreender o funcionamento desses Estados e a forma como estes se relacionam é essencial para os temas relacionados ao meio ambiente, às mudanças climáticas e à crise socioambiental que vivenciamos.

Isso ocorre porque as ações de um governo nacional que afetam o meio ambiente do país em questão não irão afetar apenas o mesmo. Os resultados dos impactos ambientais são sentidos de forma global. Ao abordar a questão do meio ambiente, as fronteiras que os Estados delimitam entre si se tornam quase irrelevantes: uma ação que impacta o meio ambiente realizada em um país afeta todos os países.

Nesse sentido, é importante pensar na cooperação internacional e nos mecanismos através dos quais os Estados se relacionam quando se diz respeito às mudanças climáticas – tema essencial para compreender a crise socioambiental. Segundo O’Neil (2009, p. 1), as abordagens das Relações Internacionais possuem limites quando aplicadas a assuntos complexos ligados às mudanças climáticas globais: seus fatores políticos, científicos, entre outros. É necessário, portanto, diversas perspectivas e ferramentas advindas de diversas disciplinas.

No entanto, as Relações Internacionais ajudam a esclarecer diversas questões. O’Neil (2009, p. 2) nos apresenta algumas delas: quais são as causas políticas das mudanças ambientais? Elas estão relacionadas a problemas de ação coletiva ou a uma estrutura global de economia capitalista que prioriza o crescimento econômico em relação à sustentabilidade? De que forma a questão ambiental é encarada pelos principais tomadores de decisão<sup>2</sup> dos Estados? O que constitui a chamada governança ambiental global? As Relações Internacionais, portanto, nos ajudam a explorar tais questões, focando nas questões de poder, de interesses nacionais, de instituições internacionais, entre outros.

O’Neil (2009, p. 3) define governança ambiental global como os esforços feitos pela comunidade internacional a fim de lidar com problemas ambientais que afetam todo o mundo. A diplomacia internacional, segundo a autora, é a principal forma através da qual a comunidade internacional lida com a crise socioambiental. Esta consiste na negociação e na implementação de tratados e acordos internacionais, realizada de forma multilateral. “Esses acordos ou regimes ambientais multilaterais, juntos, compreendem o modo dominante da governança ambiental

---

<sup>2</sup> Possivelmente uma tradução de “decision makers”, termo muito utilizado nas Relações Internacionais

global contemporânea.” (O’NEIL, 2009, p. 5, tradução nossa<sup>3</sup>)

Como argumentado pela autora, as Relações Internacionais, apesar de essenciais para a compreensão dos temas de meio ambiente, possuem limitações. Sendo assim, O’Neil (2009, p. 6) busca examinar o papel desempenhado por atores não tradicionais: ativistas ambientais, grupos comunitários, organizações internacionais, corporações multinacionais, entre outros. Dessa forma, é possível enxergar uma governança ambiental global que possui múltiplas faces, múltiplos fatores – uma governança mais democrática do que a proposta pelo modelo dominante de diplomacia internacional. Essa governança chamada pela autora de “não-estatal”, portanto, consiste em atividades de governança criadas e implementadas por atores da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e atores privados.

Essa perspectiva desafia a posição de Estados nacionais como agentes primários da governança global – e, finalmente, argumenta que uma visão de governança global mais democrática e participativa pode nos ajudar a alcançar um mundo mais ambientalmente sustentável. Ao ampliar nosso campo de visão, como estudantes, acadêmicos ou profissionais, nós podemos alcançar um entendimento mais completo sobre as diversas forças que levam à – ou afastam – governança ambiental global efetiva. (O’NEIL, 2009, p. 6, tradução nossa<sup>4</sup>)

O campo das políticas ambientais internacionais, de acordo com O’Neil (2009, p. 17), precisa ser explorado não apenas através das lentes das Relações Internacionais, mas também de outras disciplinas das ciências sociais. Estas oferecem um maior alicerce de explicações para as causas e impactos da crise socioambiental. Segundo O’Neil (2009, p. 18), os “green political theorists”, por exemplo, nos oferecem alternativas para a crise baseadas na ética de sustentabilidade, justiça e harmonia dos ecossistemas. Esses ecologistas consideram primárias as questões de justiça global e desigualdade social. O excesso de consumo, como apontado por Cenci e Burmann (2013), e a consequente e crescente desigualdade entre ricos e pobres são vistos como fatores motores para a degradação ambiental global.

Desse modo, O’Neil (2009, p. 20) questiona se as perspectivas econômicas e ecológicas

---

<sup>3</sup> No original: “These multilateral environmental agreements, or regimes, together comprise the dominant mode of contemporary global environmental governance.” (O’NEIL, 2009, p. 5)

<sup>4</sup> No original: “This perspective challenges the position of nation states as the primary agents of global governance – and ultimately argues that a more democratic, or participatory, vision of global governance may help us reach a more environmentally sustainable world. By broadening our field of vision, as students, scholars, or practitioners, we can attain a more complete understanding of the various forces driving – or pushing against – effective global environmental governance.” (O’NEIL, 2009, p. 6)

e a perspectiva das Relações Internacionais são mutuamente excludentes, uma vez que elas partem de diferentes visões de mundo. A perspectiva das Relações Internacionais é centrada em Estados nacionais e suas interações, estruturadas em um ambiente anárquico e em uma história de conflitos. Já a perspectiva ecológica/econômica proposta por outras diversas disciplinas foca nas estruturas do capitalismo global, nas relações de poder embutidas neste e nos seus principais atores. A autora segue afirmando que ambas focam em instituições globais e nas dinâmicas por trás de relações de poder. Portanto, “focar em uma e excluir a outra cria o risco da perda de importantes aspectos das políticas ambientais globais.” (O’NEIL, 2009, p. 20, tradução nossa<sup>5</sup>)

### 3. A sociedade civil

Parece irreversível o atual processo, e ficam em aberto dúvidas e perguntas sobre os rumos para os quais caminha a humanidade. Seria a humanidade capaz de reposicionar o conjunto de necessidades instrumentalizadas pelo mercado, valorizando as necessidades biopsicossociais? Este tema desafiador nos incita a buscar alternativas. Se respostas objetivas no curto prazo não se vislumbram, sinais de mudança surgem em diferentes cantos do planeta, alguns como ação consciente, outros como ação política e outros, ainda, como necessidade de alternativas aos quadros de crise ecológica emergente. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 147)

A partir do que foi apontado pelos atores citados, pode-se notar que a participação da sociedade civil é essencial tanto para compreender quanto para combater a crise socioambiental que vivenciamos. O consumo desenfreado, a constante devastação dos recursos naturais, a desigualdade social, o desrespeito aos Direitos Humanos e a forma como atores governamentais ou não governamentais encaram essas questões; todos esses fatores demonstram a importância da sociedade civil. Tanto por esta ser agente ativo no processo de degradação socioambiental quanto por conter, em si, potencial solução para o problema. Combinando as visões de O’Neil (2009) e Cenci e Burmann (2013), pode-se pensar em como a sociedade atua e pode atuar no cenário de crise socioambiental.

---

<sup>5</sup> No original: “[...] focusing on one to the exclusion of the other runs the risk of missing important aspects of global environmental politics.” (O’NEIL, 2009, p. 20)

Nesse sentido, Cenci e Burmann (2013, p. 144) apresentam o conceito de um consumidor mais responsável: um cidadão que recupere seu poder de decisão, exercendo sua cidadania e buscando visões de mundo que possibilitem a equidade social e a sustentabilidade ecológica. Um cidadão que representa um ser de solidariedade.

É importante que esse novo ator social esteja engajado a ações coletivas, contribuindo na tarefa de reconstrução da esfera política para que pense projetos de sustentabilidade. [...] Nesse contexto, os movimentos sociais são fundamentais, porque aquecem o debate, estimulam e cobram os aspectos sociais e ambientais e criam redes de intercâmbio de informação e aprendizagem do exercício da cidadania. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 144)

Seguindo uma lógica similar, O'Neil (2009, p. 21) destaca que políticas ambientais locais e globais vêm se tornando cada vez mais conectadas a partir da ação da sociedade civil: seja de indivíduos ou de grupos de indivíduos. Alguns exemplos são comunidades que enfrentam e combatem companhias e governos que não agem de forma a diminuir seus impactos ambientais, cidades que implementam programas de redução de gases do efeito estufa e movimentos sociais que engajam os cidadãos a tomarem medidas individuais, como reciclar seu lixo, utilizar lâmpadas mais eficientes, entre outros.

A autora argumenta que, a partir disso, emerge um importante discurso que conecta o discurso ambiental global e os Direitos Humanos. Tal discurso desafia as ideias centradas no crescimento econômico e no desenvolvimento de tecnologias.

Cenci e Burmann (2013, p. 145) também atentam para a importância de medidas e ações individuais e locais no combate à crise socioambiental. Eles fornecem exemplos como os grupos de consumo alternativo, consumo responsável, consumo limpo, consumo verde, consumo consciente, entre outros. Essas medidas demonstram iniciativas sociais que visam questionar as ações do ser humano consumista, propondo modos de vida com menos consumo, menos tecnologia, menos energia, entre outros. Além disso, existem os movimentos ecológicos articulados em redes, como as redes de economia solidária, que ampliam laços de comunidade e de responsabilidade social, valorizando os Direitos Humanos e visando à sustentabilidade ambiental.

Portanto, uma possibilidade de transformação social e solução para a crise socioambiental se baseia na conexão entre os agentes presentes nesse contexto. As dificuldades para o alcance de um consumo consciente, segundo Cenci e Burmann (2013, p. 145), são enormes – uma vez que o cidadão necessita de uma mudança em sua consciência e em suas ações no dia-a-dia.

Superá-las depende de ações políticas, da administração pública e de fiscalização. Um resultado satisfatório na solução da crise ambiental e dos problemas sociais só poderá ser alcançado através da cooperação entre o público e o privado, o nacional e o internacional.

As ações na ótica da cidadania como responsabilidade no consumo devem estar alicerçadas no caráter coletivo para que alcance uma dimensão transformadora. As mudanças buscadas devem acontecer no plano de uma coletividade, todos envolvidos pelas relações sociais em um espaço geográfico. Só há sentido no desenvolvimento sustentável quando este proporciona melhoria na qualidade de vida, o que inclui não só as relações sociais e a preservação do meio ambiente, mas as oportunidades criadas para o exercício da cidadania. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 148)

O consumo sustentável, se fomentado por práticas da esfera pública, de acordo com Cenci e Burmann (2013, p. 149), pode representar um salto qualitativo em direção a uma sociedade sustentável através da ligação entre temas como equidade, ética, cidadania e defesa do meio ambiente. Práticas coletivas são enfatizadas como o caminho pelo qual consumidores individuais podem repensar suas atitudes e contribuir para a conseqüente ordem política.

A concepção da crise ambiental tomada do ponto de vista do consumo, destacando as possibilidades do consumidor como novo ator social e a relação entre a esfera privada do consumidor e a esfera pública do cidadão, não pode ser apenas opção, mas necessidade, porquanto é a possibilidade de restabelecer a resiliência aos diferentes ecossistemas planetários e a manutenção da biodiversidade. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 150)

Nesse sentido, Cenci e Burmann (2013, p. 150) apontam para a importância do comprometimento entre países, o que geraria um desenvolvimento sustentável pautado na ética da solidariedade universal. Tal visão se aproxima ao argumentado apresentado por O'Neil (2009), que destaca as visões e os mecanismos das Relações Internacionais e destaca, ainda, a importância da cooperação entre as diversas disciplinas e as diversas esferas da sociedade a fim de compreender e combater a crise socioambiental. “É preciso inaugurar uma nova época. Hoje, a humanidade exige novos caminhos, novas respostas, sair dos guetos tradicionais do pensamento ocidental e aventurar-se em direção a novos saberes.” (CENCI; BURMANN, 2013, p. 155)

Cenci e Burmann (2013, p. 150) destacam, enfim, a importância de encarar a crise ambiental e social através de uma ótica do consumo e encarar o consumidor como um potencial



novo ator social. Este é capaz de repensar seus pontos de vista, voltando-se para práticas que apontam em direção à sustentabilidade. Além disso, é essencial observar e dar a devida importância à relação entre a esfera privada (do consumidor) e a esfera pública (do cidadão). Tudo isso nos oferece “a possibilidade de restabelecer a resiliência aos diferentes ecossistemas planetários e a manutenção da biodiversidade.” (CENCI; BURMANN, 2013, p. 150)

A modernidade teve como uma de suas consequências uma crise da ética, uma vez que na sociedade da técnica não há mais lugar para a tradição, para valores. Para sobreviver na modernidade será necessário edificar a ideia de um novo sujeito, com possibilidade de construir aventuras e experiências não apenas racionais em relação à vida e ao mundo em que vive, mas uma relação de cumplicidade, que descobre a subjetividade, que quer uma razão consistente para o bem-viver, uma relação que alguns teóricos chamam, hoje, de amorosa. Uma concepção de vida e de mundo que enxergue o ser humano na sua inteireza, como razão e emoção, como ser pensante, mas criativo, sensível; mente e corpo entre outros corpos de uma mesma natureza que o abraça e que necessita do seu abraço, que o acolhe e o alimenta, mas que precisa ser acolhida e alimentada por ele. (CENCI; BURMANN, 2013, p. 155)

Pode-se concluir, então, que a sociedade moderna vivencia, de fato, uma crise socioambiental. Uma das maneiras de não apenas explorá-la, mas, principalmente, combatê-la, é formar uma conexão entre diversos atores da sociedade e entre diversas disciplinas, diversos pontos de vista. A conscientização individual, combinada a medidas e ações coletivas se apresenta como um dos caminhos para a proteção dos Direitos Humanos e para o alcance de um modo de vida sustentável.

#### Referências Bibliográficas

CENCI, D; BURMANN, T. Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania. *Revista Direitos Humanos e Democracia*. n. II (2013), p. 131-157.

O'NEIL, Kate. Introduction: The Environment and International Relations. In \_\_\_\_\_. *The Environment and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 1-23.